



---

**ANEXO A**  
**CADERNO DE ENCARGOS**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

1. É objeto do presente contrato a aquisição de serviços de consultoria na área de Segurança Contra Incêndios em Edifícios de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

**Cláusula 2.ª**

**Partes**

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

**Cláusula 3.ª**

**Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 4.ª**

**Gestor do contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Marisa Rodrigues, Dirigente do Gabinete de Segurança Contra Incêndios, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.
3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.



4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Prazo e plano de execução**

1. O prazo de execução do contrato é de um ano, após a assinatura do contrato.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo<sup>1</sup> ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Obrigações do adjudicatário**

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;

---

<sup>1</sup> Quando aplicável



- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Subcontratação**

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço contratual**

1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Procedimentos para pagamento**

1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.
2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
4. Condições de pagamento: pagamentos mensais, após a entrega do relatório referido na cláusula 25.ª.



---

**Cláusula 10.ª****Obrigações do contraente público**

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

**Cláusula 11.ª****Modificações objetivas**

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

**Cláusula 12.ª****Sanções contratuais**

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º, do Código dos Contratos Públicos, com as devidas adaptações.
2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção ser anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.
3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.



---

**Cláusula 13.ª****Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é três anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

**Cláusula 14.ª****Trabalhadores afetos à prestação do serviço**

O adjudicatário obriga-se à apresentação do documento demonstrativo do cumprimento do artigo 419.º-A, aplicável por força, do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, ao gestor do contrato.

**Cláusula 15.ª****Resolução do contrato**

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

**Cláusula 16.ª****Revogação do contrato**

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

**Cláusula 17.ª****Dever de sigilo**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.



2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Lei aplicável**

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Foro competente**

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.



---

## Cláusulas especiais do caderno de encargos

### Cláusula 20.ª

#### Especificações do objeto

Pretende-se com o presente procedimento a aquisição de serviços de engenharia, no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios, com a função de dar apoio ao Gabinete de Segurança Contra Incêndios em Edifícios nas áreas da manutenção das condições de segurança contra incêndios, elaboração de projetos e medidas de autoproteção, acompanhamento e fiscalização de empreitadas em que esteja incluída a vertente de SCIE.

### Cláusula 21.ª

#### Intervenientes

São intervenientes no presente procedimento:

- A Câmara Municipal de Guimarães, na condição de entidade adjudicante, representada pela chefe do Gabinete de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, para a presente contratação;
- Os chefes das divisões de: Empreitadas, Gestão e Conservação, Estudos e Projetos;
- O adjudicatário;
- O empreiteiro, diretor de fiscalização e gestor de contrato no caso de fiscalização de empreitadas;
- Eventuais consultores contratados pela Câmara Municipal de Guimarães.

### Cláusula 22.ª

#### Funções

O técnico designado pelo adjudicatário terá as seguintes funções no âmbito da presente prestação de serviços:

- a) Acompanhar a execução dos planos de manutenção preventiva para os equipamentos de SCIE sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Guimarães;
- b) Acompanhamento/fiscalização na especialidade de SCIE de empreitadas em curso ou a contratar pelo Município de Guimarães;
- c) Elaboração de cadernos de encargos e análise de propostas de concursos de manutenção de instalações de SCIE a promover pelo Município de Guimarães;
- d) Assessoria na especialidade de SCIE nos projetos em curso ou a contratar pelo Município de Guimarães;
- e) Análise e elaboração de pareceres de revisão de projetos de SCIE;
- f) Elaboração de Medidas de Autoproteção para os edifícios municipais existentes e a construir no âmbito das empreitadas;
- g) Acompanhamento aos edifícios municipais para a devida implementação das Medidas de Autoproteção bem como a sua atualização obrigatória periódica;



- h) Assessoria na preparação de trabalhos de manutenção de natureza enquadrável na área de atuação, incluindo emissão de pareceres, definição de trabalhos e acompanhamento pontual de equipas de intervenção para melhor definição de trabalhos;
- i) Preparar e acompanhar vistorias, inspeções regulares ou extraordinárias realizadas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

1. O técnico indicado pelo adjudicatário terá que emitir os respetivos termos de responsabilidade pelos atos praticados no âmbito das funções prestadas.

#### **Cláusula 23.ª**

##### **Afetação de meios humanos**

1. O adjudicatário indicará 1 técnico para a prestação dos serviços objeto do presente procedimento, cujas funções estão assinaladas na cláusula 22.ª, o qual terá que possuir cumulativamente as seguintes qualificações:

- Possuir o título profissional de Arquiteto, Engenheiro ou Engenheiro Técnico e estar inscrito na respetiva ordem profissional;
- Registo de Técnico Autor na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;

2. A entidade adjudicante reserva-se ao direito de ordenar que seja retirado dos serviços o técnico indicado pelo adjudicatário que haja desrespeitado os agentes da entidade adjudicante, seus colaboradores ou quaisquer outros elementos, ou ainda provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres;

3. A ordem prevista no número anterior deverá ser fundamentada por escrito, quando o adjudicatário assim o exija, mas sem prejuízo da imediata sua suspensão;

4. Em caso de necessidade, o adjudicatário poderá substituir o técnico inicialmente indicado, desde que o novo técnico possua as qualificações indicadas no ponto 1 da presente cláusula;

5. Em caso de substituição do técnico, previsto no ponto anterior, o adjudicatário deverá entregar o curriculum vitae do novo técnico com 5 dias úteis de antecedência.

#### **Cláusula 24.ª**

##### **Local de trabalho**

O trabalho a desenvolver desenrola-se nos locais onde for necessária a prestação de serviços, devidamente autorizados para o efeito.

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Relatório**

No fim de cada mês, o técnico indicado pelo adjudicatário terá que elaborar um relatório no qual conste toda a atividade desenvolvida durante esse mês ao serviço da entidade adjudicante, assim como o tempo ocupado em cada uma das funções enunciadas na cláusula 22.ª.



**Cláusula 26.ª****Seguros**

1. O adjudicatário obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal empregue nos serviços da presente prestação de serviços;
2. Os encargos referentes aos seguros impostos por este caderno de encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do adjudicatário;
3. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
  - a) De responsabilidade civil do adjudicatário, que garanta a cobertura de todos os riscos e danos direta ou indiretamente emergentes dos serviços prestados, assegurando o pagamento de todas as indemnizações que a esse título sejam devidas, quer ao contraente público, quer a terceiro;
  - b) De acidentes de trabalho e doenças profissionais relativamente a todo o pessoal ao seu serviço, de acordo com a legislação em vigor;
4. O representante do dono da obra pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 8 dias.
5. Com a celebração do contrato, o adjudicatário deverá apresentar evidência do seguro de responsabilidade civil tomado pelo técnico que estará afeto aos serviços, nos termos previstos na Lei nº45/2015, de 1 de junho.

**Cláusula 27.ª****Avaliação**

De acordo com o ponto 8.4 da norma NP EN ISO 9001, relativa ao sistema de gestão da qualidade, o Município deve assegurar a conformidade dos serviços do fornecedor externo com os requisitos previamente definidos. Neste sentido, foram definidos critérios de avaliação e monitorização do desempenho dos fornecedores, nomeadamente quanto ao cumprimento dos requisitos legais, das características técnicas, dos prazos estabelecidos e da capacidade de resposta na resolução de problemas.

**Cláusula 28.ª****Preço Base**

O preço base do procedimento é de 30.000,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.